

APA INFORMA

Redacção: APA - Associação Portuguesa de Aquacultores

Data: 18- 09 - 2012

N.º 67

Setembro



APA

Associação Portuguesa de Aquacultores

Apartado. 2138, 8501-902 Portimão; PORTUGAL

Fax: +351 282798068; Telm: +351 917760979

Mail: secretariogeral.apa@gmail.com

1. **Entrevista a Associados** (pág. 2)
2. **Workshop “Fundo Europeu dos Assunto Marítimos e Pesca”** (pág. 3)
3. **Notícias de interesse ao sector** (pág. 4 - 6)
4. **Workshops e congressos** (pág. 7)
5. **Preços de venda praticados em França e Espanha** (pág. 8 - 9)
6. **Classificados** (pág. 10)

1. Entrevista a Associados

Stolt Sea Farm, SA por Alexandre Cruz (gerente)

Como surgiu a ideia de a Stolt Sea Farm investir em Portugal?

A Stolt Sea Farm é uma empresa multinacional que em 1992 decidiu adquirir uma unidade de produção de Salmão, localizada na Praia da Tocha. Essa unidade estava em funcionamento desde 1989, mas estava a passar por graves problemas financeiros, acumulando várias dívidas. A produção de Salmão também não era viável devido às

temperaturas da água demasiado elevadas. Com a compra, foram feitas algumas obras de adaptação para a produção de pregado. Nessa altura a Stolt produzia 60 toneladas. Em 1996 decidimos ampliar as instalações, para passar a produzir 300 toneladas. Em 2001 fizemos a reformulação da pré-engorda.

Quais foram os principais entraves no início da sua actividade?

Curiosamente, na altura em que adquirimos a empresa de Salmão, a única dificuldade que tivemos foi a obtenção da autorização da DGPA para alterarmos a espécie que íamos produzir. Recordo que demorou cerca de 3 meses a obtê-la. O processo de Licenciamento foi bastante simples e rápido, pois tratou-se apenas de uma mudança de promotor. Actualmente não sei como seria, nem o tempo que iria demorar.



"A Stolt Sea Farm produz anualmente cerca de 300 tons de pregado, todo para exportação. A qualidade e temperatura da água é o nosso maior trunfo face a Espanha, mas os custos de produção são bastante mais elevados."

Alexandre Cruz

Que previsões tem para o futuro da sua empresa e do sector em geral?

O sector tem todas as condições para crescer, pois a população está a aumentar e está cada vez mais preocupada com a sua saúde e os problemas cardíacos. A Fileira do Pescado tem feito um trabalho extraordinário no sentido de divulgar os benefícios do consumo de pescado. Como as capturas também terão tendência a diminuir, a aquacultura terá de surgir como fornecedora de pescado de qualidade e frescura. No entanto, tenho pena que em Portugal se fale muito do Mar, mas se faça pouco para apoiar as empresas

e dar-lhes o suporte e condições necessárias para continuarem num mercado cada vez mais competitivo. Temos uma costa excelente para a produção Inshore, como a nossa, e para a produção em Estuários. Mas para arrancarmos definitivamente, tem que se resolver os estrangulamentos existentes. A nível de empresa, iremos continuar com o mesmo nível de produção. Existiu, recentemente, uma oportunidade de instalarmos uma produção de 1.000 toneladas de linguado na zona de Sines, mas devido aos atrasos nos Licenciamentos e burocracias acabamos por desistir.

Actualmente, quais são os principais constrangimentos que sente ao desenvolvimento do seu negócio?

No nosso caso são os custos de produção, nomeadamente os custos energéticos com a electricidade e com o gasóleo. Somos uma empresa que consome bastante electricidade, devido à necessidade de uma constante bombagem de água, estando esta cada vez mais cara. Existiu à pouco tempo um apoio para os custos da Electricidade. Seria muito importante se esse apoio fosse renovável anualmente, favorecendo a competitividade das empresas. O gasóleo também está muito caro e apesar de poder usar gasóleo verde nos geradores não o faço por questões de logística. Como apenas tenho um depósito de gasóleo na empresa não consigo ter gasóleo verde para os geradores e gasóleo normal para os empilhadores. Tudo se resolveria se as empresas de aquacultura

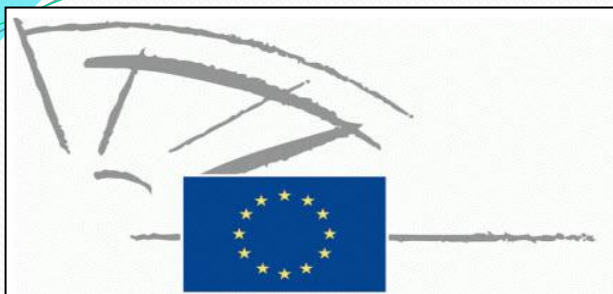
pudessem usar gasóleo colorido, usado na pesca, nos veículos e máquinas utilizados dentro das empresas. Depois existe uma diferença de competitividade entre Portugal e Espanha, não apenas nos dois custos que já referi, mas também a nível de licenças da ARH e valor a pagar pela Taxa de Recursos Hídricos. Por outro lado, como estamos numa zona turística, a pressão urbanística é muito grande. Há uns anos não existiam casas à volta da empresa, hoje em dia isso é diferente. Tenho muito medo que um dia a pressão urbanística seja demasiada e tenhamos de mudar o local da instalação. Uma forma simples de resolver este problemas seria existir um Plano Sectorial onde as áreas das empresas ficasse perfeitamente delineada, assim como áreas de expansão. Penso que a Associação deverá continuar a insistir neste assunto para se conseguir a elaboração deste Plano.



De que maneira pensa que a APA poderá ajudar na melhoria dessas previsões?

Estou muito satisfeito com a Associação, pois sei que só não faz mais porque não existe um feedback e abertura "do outro lado" para resolver os problemas. Assim resta continuar a trabalhar nesse sentido.

2. Workshop "O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca Lisboa, 7 de Setembro - Centro Jean Monnet



Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Realizou-se no passado dia 7 de Setembro, em Lisboa, um workshop sobre o novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca. Este evento foi organizado pela Eurodeputada Maria do Céu Patrão Neves e contou com a presença do

Director da DGMare Dr. Ernesto Peñas Lado, com a Directora-Geral da DGRM Dr.ª Teresa Rafael, com o Director-Geral da DGPM Comdt. Fonseca Ribeiro e ainda com a presença de dois representantes do sector das pescas.

Ernesto Peñas Lado (DGMare)

O Dr. Ernesto Peñas fez uma apresentação das linhas gerais do programa FEAMP, referindo que o mesmo pretende reforçar a competitividade e sustentabilidade das pescas e aquacultura. O FEAMP irá ter uma dotação total de 6 700 Milhões de €, distribuídos da seguinte forma:

- 4 535 M€: pesca e aquacultura
- 1 047 M€: aconselhamento científico, controlo, governação e assistência técnica
- 477 M€: controlo e execução
- 358 M€: recolha de dados
- 105 M€: regiões ultraperiféricas
- 45 M€: ajuda à armazenagem

Os 4 pilares fundamentais do novo FEAMP irão ser:

- Gestão sustentável e inteligente da pesca
- Gestão sustentável e inteligente da aquacultura
- Medidas de acompanhamento da PCP (Política Comum de Pescas)
- Política Marítima Integrada

Em relação à aquacultura o Director da DGMare referiu que deverão ser implementadas novas medidas para estimular a produção em aquacultura, tais como a redução da carga administrativa antes, durante e após os processos de Licenciamento e uma gestão eficaz dos conflitos de interesse pelo espaço junto às linhas de água (através do correcto ordenamento da zona costeira e das zonas de Rede Natura). A UE irá emitir uma Directriz para um correcto desenvolvimento e gestão da aquacultura em Rede Natura.



Eurodeputada Maria do Céu Patrão Neves

Referiu que, do ponto de vista do Parlamento Europeu, o FEAMP deverá promover no sector aquícola a sua inovação, empreendedorismo, o capital humano, a protecção ambiental, a saúde pública e ainda um seguro das populações aquícolas. Deverá também ser dada uma importância à aquacultura extensiva e uma consideração da aquacultura como complemento das actividades de pesca.

Dr.ª Teresa Rafael (DGRM)

A Dr. Teresa Rafael transmitiu a posição de Portugal em relação ao novo FEAMP. Fez referência à introdução de uma maior rigidez e limitações nos apoios à aquacultura e indústria e que Portugal irá defender a posição de alargar os apoios elegíveis à aquacultura e indústria de transformação. Também vê com bons olhos o estabelecimento de um Seguro Aquícola, previsto no FEAMP.

A posição da APA - Associação Portuguesa de Aquicultores

Portugal tem um défice de 650 M€ na balança comercial de pescado, tendo produzido 8.013 toneladas, em 2010, (1,4% do consumo nacional). Para que Portugal consiga aumentar a sua produção, ganhar dimensão e deixar de ser uma "micro empresa a nível Europeu", o Governo Português em articulação com os Eurodeputados deverão conseguir um regime de excepção com mais e melhores apoios para as empresas nacionais. Por outro lado é necessário apoiar todos os tipos de produção e todas as espécies de igual forma e não promover uma aquacultura para fins não alimentares, quando a Europa e Portugal têm uma grave deficiência na produção de pescado. O facto de o FEAMP beneficiar a aquacultura extensiva poderá não ter qualquer impacto em Portugal, pois são necessárias grandes áreas de produção para as empresas se tornarem competitivas e em Portugal isso não é possível

devido às barreiras administrativas, falta de espaço e ordenamento do mesmo. Portugal possui o conhecimento técnico para a produção de 8 espécies (dourada, robalo, pregado, linguado, truta, ameijoia, ostra e mexilhão) pelo que se deve focar em ganhar dimensão nestas espécies e potenciar a sua exploração. A promoção da diversificação deverá surgir apenas quando o sector tiver dimensão para tal, o que não acontece actualmente. O FEAMP deverá ainda ser alargado às grandes empresas nacionais, pois são estas que trazem "know how", novas tecnologias e projectos âncora. Também torna-se necessário tornar o sector mais competitivo, através da redução das barreiras administrativas, apoios a alguns custos de produção, como os combustíveis, e um correcto ordenamento do Território através da localização das actuais áreas de produção, previsão de áreas de expansão e novas áreas de produção.



3. Notícias de interesse ao sector

Interdição à apanha de moluscos bivalves - ponto de situação 14 de Setembro (Fonte: inrb.pt)

Continuam interditas a maioria de todas as zonas de apanha a Sul de Peniche. A zona do Algarve continua completamente interdita devido à presença de toxinas PSP, tendo a Ria de Alvor sido, recentemente, também interdita.

Zonas de Produção	Zonas de Apanha	Bivalves Interditos	Toxina
L5 Lisboa - Peniche	-	Todos	DSP
L6 Sines - Setúbal	-	Conquilha	DSP
Lagoas de Albufeira	-	Mexilhão e berbigão	DSP
L7 Litoral Portimão - Lagos	-	Mexilhão e ostra	DSP
Ria de Alvor	Todas	Todas	PSP
L8 Litoral Olhão - Faro	-	Todas	PSP
Ria Formosa - Faro	Todas	Todos	PSP
Ria Formosa- Olhão	Todas	Todos	PSP
Ria Formosa - Fuzeta	-	Todos	PSP
Ria Formosa - Tavira	-	Todos	PSP
Ria Formosa - VRSA/Tavira	-	Todos	PSP
L9 VRSA - Tavira	-	Todas	DSP

Campanha Papel por Alimentos - Banco Alimentar

CAMPANHA PAPEL POR ALIMENTOS
O seu papel é essencial na luta contra a fome.

1 tonelada de papel usado = 100€ de alimentos

O Banco Alimentar tem uma nova campanha para ajudar a conseguir mais alimentos, através da doação de papel usado. Contribua. Entregue no Banco Alimentar mais próximo de si todo o papel de que já não precise:

- Jornais · Revistas · Folhetos · Cadernos · Fotocópias

Uma iniciativa do Banco Alimentar contra a Fome.

Banco Alimentar contra a fome

A Campanha "Papel por Alimentos" é uma campanha promovida pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares com contornos ambientais e de solidariedade: por cada tonelada de papel recolhido é doado pela empresa **Quima** o equivalente a 100€ em produtos alimentares básicos. Todas as doações são bem-vindas. Para além do público em geral, podem associar-se escolas, universidades, instituições, empresas, administração pública e administração local.

Que tipo de papel é aceite ?

No âmbito da presente campanha, pode ser entregue todo o tipo de papel:

- jornais/revistas
- fotocópias
- rascunhos
- impressos (publicidade)
- envelopes
- papel de fax
- papeis timbrados
- arquivos mortos



Onde pode entregar?



No Banco Alimentar Contra a Fome mais próximo (Abrantes, Algarve, Aveiro, Beja, Braga, Coimbra, Cova da Beira, Évora, Leiria-Fátima, Lisboa, Oeste, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu), ou na empresa **Quima** situado no Parque Industrial da Mitrena em Setúbal.

Novas regras IVA

Foi publicado recentemente o Decreto-Lei nº 197/2012, que altera a regra de localização aplicável à locação de meios de transporte, que não seja de curta duração, efectuada a não sujeitos passivos. Este diploma procede ainda a diversas alterações ao Código do IVA, assim como alguns ajustamentos em outros diplomas do sistema fiscal português, nomeadamente no que se refere a matéria relacionada com facturação.

As alterações mais importantes que este diploma introduz são as seguintes:

- Alteração da regra de localização aplicável à locação de meios de transporte, que não seja de curta duração, efectuada a não sujeitos passivos - esta prestação de serviços passa, regra geral, a ser tributada no lugar onde o destinatário está estabelecido, tem domicílio ou residência habitual.
- Efectua a transposição da Directiva n.º 2010/45/EU que implica diversas alterações, das quais se destacam:

i. Alterações em matéria de exigibilidade de IVA - nomeadamente no que concerne às transmissões de bens isentas nos termos do artigo 14.º do Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias (RITI), efectuadas de forma continuada por um período superior a um mês;

ii. Simplificação dos requisitos para a utilização de facturação electrónica por parte dos operadores económicos;

iii. Uniformização ao nível da União Europeia, relativamente às menções referentes aos regimes de tributação aplicáveis, que deverão constar das facturas;

iv. Fixação uniforme de um prazo máximo para emissão da factura no caso de serviços intracomunitários cujo imposto seja devido no Estado Membro do adquirente;

v. Introdução de facturas simplificadas para transmissões de bens efectuadas por retalhistas a particulares quando o valor da factura seja inferior a € 1.000, bem como em quaisquer outras transmissões de bens e prestações de serviços de montante não superior a € 100 (neste caso quer os adquirentes sejam sujeitos passivos ou particulares);

vi. Clarificação sobre a obrigatoriedade de emissão de facturas e de nenhum outro documento equivalente para todas as transmissões de bens e prestações de serviços (independentemente da qualidade do adquirente dos bens ou do destinatário dos serviços- mesmo que estes não a solicitem).

Todas estas alterações produzem efeito a partir de 1 de Janeiro de 2013.

Novas medidas de austeridade

Depois do 1º Ministro ter enunciado, no passado dia 7 de Setembro, algumas novas medidas de austeridade para 2013, agora foi a vez do Ministro das Finanças complementar com o anúncio de um conjunto de medidas de agravamento fiscal, traduzidas quer num alargamento da base tributável, quer num agravamento de taxas, com impacto ao nível dos diversos impostos.

Assim, ainda **durante o ano de 2012**, os proprietários de prédios urbanos de elevado valor deverão passar a ser sujeitos a uma tributação agravada, através de uma nova taxa em sede de Imposto do Selo, a que acrescem os efeitos resultantes da avaliação geral dos prédios no pagamento do IMI em 2013. Serão tidos como imóveis de "elevado valor" aqueles que tenham um valor patrimonial tributário superior a 1 milhão de euros. Por outro lado os dividendos e outros rendimentos de aplicação de capitais passarão a estar sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 26,5% (por exemplo, os depósitos a prazo).

Para 2013, existirão algumas alterações significativas, a saber:

- Uma redução significativa do número de escalões do IRS, mantendo-se a taxa mais elevada em 46,5% (à qual acresce a taxa adicional de solidariedade que já está em vigor em 2012, de 2,5%);
- Os trabalhadores dependentes vão sofrer um aumento das contribuições para a Segurança Social, passando de 11% para 18%;
- As entidades empregadoras vão beneficiar de uma diminuição dessas contribuições (de 23,75% para 18%);
- Os trabalhadores independentes vão voltar a sofrer um agravamento nos descontos para a Segurança Social, subindo dos actuais 29,6% para 30,7%;
- Em sede de IRC, serão introduzidas alterações para alargar a base de incidência deste imposto, nomeadamente para os grupos económicos, e introduzidas medidas de limitação à dedutibilidade dos encargos financeiros excessivos.

Estas propostas deverão fazer parte do Orçamento Geral do Estado para 2013, tendo que ser aprovadas no Parlamento.

Fonte: hipersuper.pt e economico.sapo.pt



Projecto Espanhol "Aquacultura e alterações climáticas"

Os moluscos bivalves, como o mexilhão, e as algas poderão ter um papel vital na mitigação dos efeitos das alterações climáticas, exercendo um papel de absorventes de carbono. Esta será uma das linhas de estudo de um projecto Espanhol denominado "Aquacultura e alterações climáticas". O projecto irá estabelecer as bases do relacionamento entre a actividade aquícola e as

alterações climáticas. Numa primeira fase irá estudar-se como a aquacultura poderá ajudar na mitigação dos efeitos das alterações climáticas, através do papel das conchas dos bivalves e da captação de CO₂ por parte das algas. Também se estudará os efeitos das alterações climáticas na actividade aquícola. Em paralelo irá ser coordenado com o sector a adopção de

estratégias que tenham um impacto ambiental positivo, através da implementação do cálculo da pegada de carbono, taxa de conversão e ainda a análise do ciclo de vida. A aplicação destes três indicadores será estudado em espécies de cultivo nos sistemas intensivos e extensivos. O projecto será desenrolado ao longo de 2013. Fonte: aqua.cl



Agravamento das taxas de tributação autónoma (2008)

Em 2012 o Tribunal Constitucional já se havia pronunciado no Acórdão n.º 310/2012 pela inconstitucionalidade da norma do artigo 5.º da [Lei 64/2008, de 5 de Dezembro](#), na parte em que faz retroagir a 1 de Janeiro de 2008 a aplicação do novo regime resultante da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Código do IRC, i.e., o agravamento taxa de 5% para 10% sobre as despesas de representação e encargos com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

O Tribunal considerou, ao arpeio do Acórdão 18/2011 que se havia pronunciado pela inconstitucionalidade da mesma

norma, que a norma em apreço é inconstitucional na medida em que, contrariamente ao que acontece na tributação de rendimentos em sede de IRC (em que se tributa o conjunto de rendimentos auferidos num determinado ano), no caso da tributação autónoma tributa-se cada despesa efectuada, em si mesma considerada, e sujeita a determinada taxa. Não retroagindo os efeitos da lei a 1 de Janeiro de 2008, apenas estão sujeitas à taxa de tributação agravada as despesas efectuadas a partir da entrada em vigor da Lei 64/2008, i.e., a partir de 6 de Dezembro de 2008.



Preço dos alimentos poderá aumentar

Os preços dos alimentos podem duplicar nos próximos 20 anos, em relação aos de 2010, com as alterações climáticas e a multiplicação dos eventos extremos associados, como secas, inundações e furacões. A organização não-governamental (ONG) Oxfam sustentou que os efeitos do aquecimento do clima estão "subestimados", esperando que "as mudanças lentas das temperaturas médias e dos padrões de precipitação", desfavoráveis à agricultura, sejam acompanhadas de "perdas de culturas em resultado de acontecimentos meteorológicos extremos, que

vão ser mais frequentes e mais intensos". Apesar dos seus compromissos, a comunidade internacional não consegue reduzir as emissões de dióxido de carbono responsáveis pelo aquecimento da atmosfera.

O Banco Mundial já adiantou que, com a seca nos EUA, os preços do milho e dos grãos de soja já subiram, respectivamente, 25 e 17%, de Junho para Julho, tendência esta que se manteve em Agosto. Este aumento poderá provocar um aumento progressivo do preço das rações usadas em aquacultura. **Fonte:** Diário Económico



Truta desaparecerá da Península Ibérica em menos de 100 anos

Em 2040, a truta terá perdido metade do seu habitat na Península Ibérica; em 2100 terá praticamente desaparecido, segundo um estudo de investigadores espanhóis publicado na revista *Global Change Biology*. A poluição, as alterações climáticas, a extracção de água para rega e a sobre-pesca são as causas apontadas pela equipa da Universidade Complutense de Madrid para a provável extinção das populações de truta-marisca (*Salmo trutta*), na Península Ibérica, antes de 2100. A truta *Salmo trutta* está classificada como espécie *Criticamente em Perigo* pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Apenas as populações dos rios Minho e Lima apresentam a

forma migradora (e não a forma sedentária), ou seja, aquelas cujos peixes eclodem em água doce e, passados um a dois anos, migram para o mar onde crescem até à maturação sexual. Só depois regressam aos locais de nascimento para se reproduzirem, normalmente zonas de baixa profundidade, com velocidades de corrente moderada e bem oxigenadas e sem poluição. O estudo, realizado na região de Navarra, considera que na melhor das hipóteses (com alterações climáticas ligeiras) a situação da truta é desastrosa. Os resultados do estudo são aplicáveis a outras regiões ibéricas e mediterrâneas. **Fonte:** Jornal Público.



Necessidade de aumentar a produção mundial em aquacultura

O Instituto Worldwatch publicou, recentemente, um relatório onde expõe a necessidade de aumentar a produção mundial em aquacultura. Segundo o mesmo, em 2020, cerca de 60% do pescado que se irá consumir no Mundo será fornecido pela aquacultura. Em 2011 a aquacultura mundial cresceu 6%, tendo a produção total de pescado (pesca e aquacultura) atingido as 154 milhões de toneladas. O consumo de pescado tem também vindo a aumentar nos últimos cinco anos, com um crescimento de 14,4%. Para

manter o nível actual de consumo de pescado, a aquacultura irá necessitar de fornecer, adicionalmente, 23 milhões de toneladas em aquacultura. A aquacultura mesmo, em 2020, cerca de 6,2% atingindo as 44,3 milhões de toneladas, enquanto que a aquacultura marinha cresceu 6,6% atingindo as 19,3 milhões de toneladas. O estudo revela ainda que, em 2010, cerca de 54,8 milhões de pessoas trabalharam a tempo inteiro ou parcial, no sector da pesca e aquacultura. **Fonte:** mispecies.com

6. Workshops e Congressos

XV Fórum dos Recursos Marinhos e Aquacultura das Rias Galegas2012



Conferência Offshore Mariculture 2012



Irá realizar-se de 17 a 19 de Outubro mais uma edição da Conferência sobre produção Aquícola em Offshore.

Esta Conferência tem como principal objectivo mostrar, debater e desenvolver o que se tem feito a nível de produção Aquícola

em Offshore, nomeadamente em estruturas de produção de peixe e bivalves. Por outro lado será também dado um especial relevo à área dos negócios e perspectivas da produção em Offshore na Europa.

Para mais informações poderá aceder ao site da conferência através do seguinte link:

<http://www.offshoremiculture.com/>

V Fórum Ibero-Americano de Recursos Marinhos e Aquacultura



Irà realizar-se uma nova edição do Fórum Ibero-Americano de Recursos Marinhos e Aquacultura, em Cádiz, Espanha. Tal como as anteriores edições. O evento de 2012 irá tentar diagnosticar, debater assuntos importantes e pertinentes sobre o sector das pescas e aquacultura nos países Ibéricos e da América Latina. Irão também ser algumas estratégias conjuntas entre estes países para potenciar o desenvolvimento e cooperação destas actividades, com o objectivo de indicar aos governos quais os caminhos a seguir. O dia nos próximos dias 26, 27, 28 e 29 de Novembro, 28 será dedicado na íntegra à aquacultura (produção, segurança alimentar e sanidade). O dia 29 contará com apresentações sobre microalgas e outros temas ligados à aquacultura. Poderá consultar o programa mais em detalhe e outras informações sobre o Fórum no seguinte link: <http://www.juntadeandalucia.es/agriculturaypesca/ifapa/firma2012/firma2012/bienvenida>

5. Preços de venda praticados em Espanha e França

Preços médios de venda praticados em França para as espécies piscícolas mais comuns no nosso país.

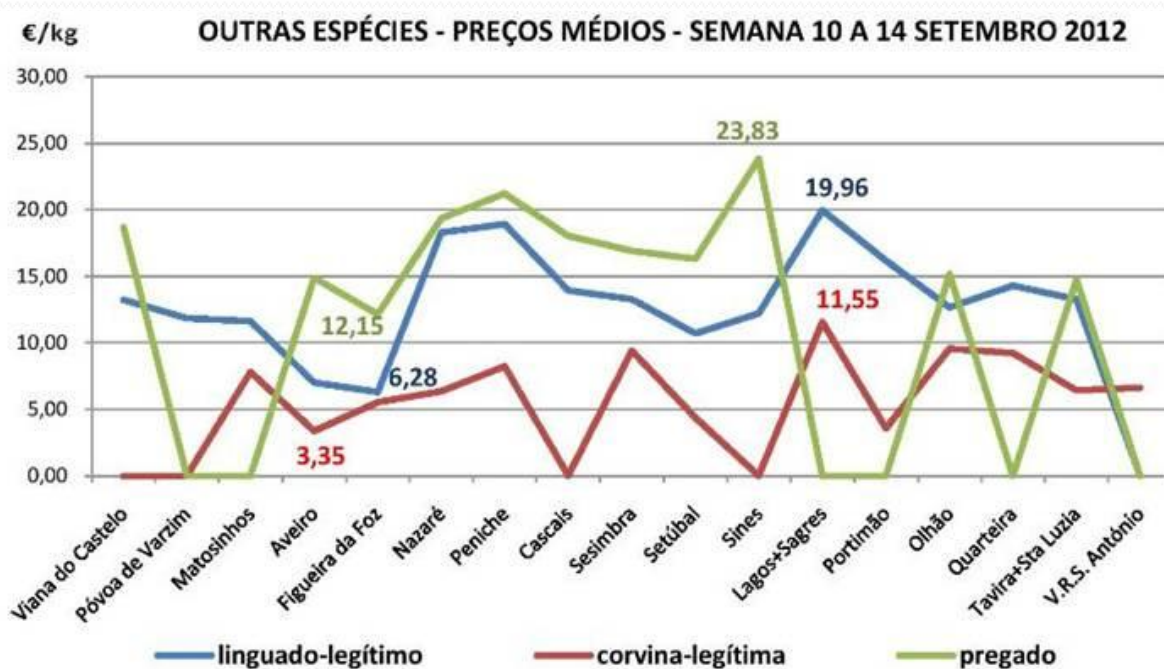
	Peso (g)	04/08/2012 (€/kg)
Dourada	300 - 400	6,00
	400 - 600	6,00
	600 - 800	8,50
	800 - 1000	10,20
Robalo	300 - 400	-
	400 - 600	6,00
	600 - 800	7,50
	800 - 1000	10,20
Pregado (selvagem)	1000 - 2000	14,80
Truta	dose	1,85
Mexilhão	-	2,00

Fonte: France Agrimer

Preços de venda que se praticam em Espanha, nomeadamente nas Mercas e Pescado de Esteiro, para as espécies mais produzidas no nosso país. Em geral os preços mantiveram-se estáveis face ao mês passado. Os preços para o "Pescado de Estero" são os praticados pelo produtor. **Novos preços para o linguado.**

	Peso (g)	Mercas SA	Pescado de Estero
Dourada	< 600	4,68	6.85
	600 - 1Kg	5,96	
	> 1Kg	9,27	
Robalo	< 600	6,06	7.00
	600 - 1Kg	7,90	
	> 1Kg	9,10	
Pregado	< 1Kg	6,71	
	1Kg - 2,5Kg	7.89	
	> 2,5Kg	10,04	
Corvina		7,21	
Linguado		13,00	
Truta	Salmonada	3,01	
	Comum	2,81	
	> 1Kg	4,29	
Mexilhão	-	1.65	
Amêijoa	-	8.38	

Fonte: MisPesces



Fonte: Docapesca.pt

7. Classificados

Estimado associado e produtor, esta é uma secção destinada e reservada apenas para si. Se deseja anunciar um produto, um terreno, uma máquina ou um veículo que queira vender/alugar e que pertence à sua empresa, aproveite esta

secção. Poderá usar este espaço como bem entender. Para qualquer informação ou esclarecimentos, por favor contactar o Secretário-geral da Associação. Em baixo apresenta-se a tabela de preços em vigor:

Entidade	Preços/mês
Sócios	Grátis
Sócios sem quotas em dia	50€ (+ IVA à taxa em vigor)
Não sócios	50€ (+ IVA à taxa em vigor)



PESCOMEX - Aquacultura, Lda.



Vende-se ou aluga-se

- Empresa aquacultura de produção de Dourada e Robalo
- Localizada em plena Reserva Natural do Estuário do Sado e com área total de 15ha
- Unidade devidamente licenciada e legalizada
- Bons acessos através de estrada alcatroada e com portão automático
- Equipada com electricidade de média tensão, gerador de emergência, camara de frio, camara de fazer gelo, camião isotérmico, carrinha Mitsubishi, tractor para manutenção e pesca, tractor distribuidor de ração e arejadores com programação automática de funcionamento com relógio.



Avenida D. João II, 48C - 2ºC/D
2901-858 Setúbal



pescomex@sapo.pt



917236079